

PROCESSO SELETIVO

Caderno de Provas

Data de aplicação: 10/03/2013

123 - ADI - NÍVEL SUPERIOR ESPECIALISTA - LICITAÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

CHAVE DE SEGURANÇA:
ESPLIC

1. Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém setenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 70, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
2. Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
4. Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
5. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta para a prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
6. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
7. Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
8. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
9. A duração total das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
10. Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
11. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
12. É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
13. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
14. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.



INFORMAÇÕES

- **11/03/2013** - A partir das 15h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar das provas objetivas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

QUESTÃO 1

O conceito de constituição como “somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade” foi formulado por:

- (A) Hans Kelsen.
- (B) Carl Schmitt.
- (C) Ferdinand Lassale.
- (D) Rui Barbosa.
- (E) Clóvis Bevilacqua.

QUESTÃO 2

Tendo em vista a classificação das constituições, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é considerada:

- (A) Consuetudinária.
- (B) Costumeira.
- (C) Outorgada.
- (D) Dualista.
- (E) Dogmática.

QUESTÃO 3

Acerca do poder constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder constituinte emana da Nação, entendida esta como entidade abstrata, desvinculada das pessoas que a compõem.
- (B) A Constituição Brasileira de 1988 se apresenta como exercício do poder constituinte fundacional.
- (C) O poder constituinte originário é o poder político que elabora uma nova Constituição de um Estado, organizando-o e estabelecendo os poderes que passarão a reger a comunidade.
- (D) O poder constituinte originário possui vínculo de dependência com a ordem jurídica anterior.
- (E) O poder constituinte originário é limitado juridicamente.

QUESTÃO 4

Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) No Brasil, não é realizado o controle de constitucionalidade preventivo das normas.
- (B) No Brasil, não é realizado o controle repressivo das normas.
- (C) O controle de constitucionalidade difuso só pode ser realizado por um único órgão.
- (D) O controle abstrato de constitucionalidade possui efeito somente para as partes do processo.
- (E) A inconstitucionalidade material ocorre quando o conteúdo da norma é incompatível com o conteúdo da Constituição.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recuse-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, assegurado o anonimato.
- (C) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.
- (D) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- (E) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

QUESTÃO 6

Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:

- (A) Mandado de segurança.
- (B) *Habeas corpus*.
- (C) *Habeas data*.
- (D) Mandado de Injunção.
- (E) Mandado de segurança coletivo.

QUESTÃO 7

Analise as assertivas a seguir.

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação imediata.
- II. Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

QUESTÃO 8

É competência do Tribunal de Contas da União:

- (A) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- (B) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
- (C) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (D) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, em qualquer hipótese.
- (E) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 9

Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I. Mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.
- II. Idoneidade moral e reputação ilibada.
- III. Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- IV. Mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e IV.

QUESTÃO 10

Acerca dos princípios da Administração Pública, analise as seguintes assertivas.

- I. A discricionariedade constitui exceção ao princípio da legalidade.
- II. O princípio da impessoalidade significa a subjetividade do atendimento ao interesse público.
- III. O dever de prestação de contas decorre do princípio da publicidade.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 11

Não constitui fonte primária do Direito Administrativo:

- (A) Emenda constitucional.
- (B) Doutrina.
- (C) Lei.
- (D) Decreto.
- (E) Medida Provisória.

QUESTÃO 12

O princípio da moralidade administrativa pode ser garantido por meio da seguinte ação constitucional:

- (A) *Habeas corpus*.
- (B) Ação Popular.
- (C) *Habeas Data*.
- (D) Mandado de Injunção.
- (E) Ação Direta de Inconstitucionalidade.

QUESTÃO 13

Artigo 5º, XXXIII: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestadas no prazo de lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

O dispositivo constitucional citado refere-se ao princípio da:

- (A) Moralidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Boa-fé.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta, tendo em vista a presunção de legitimidade dos atos administrativos.

- (A) A presunção de legitimidade não é inerente a todos os atos administrativos.
- (B) A presunção de legitimidade do ato administrativo possui caráter absoluto.
- (C) Diante da prova inequívoca da ilegalidade do ato, a presunção de legitimidade é afastada.
- (D) O Judiciário pode apreciar de ofício a nulidade de ato administrativo.
- (E) Ao agente público incumbe o ônus de provar que o ato por ele praticado é válido.

QUESTÃO 15

Acerca da competência dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência do ato administrativo é requisito discricionário.
- (B) A competência para prática do ato administrativo é irrenunciável.
- (C) Os atos administrativos de competência exclusiva, via de regra, são delegáveis.
- (D) A competência para prática do ato administrativo é derogável.
- (E) A competência administrativa possui natureza de ordem privada.

QUESTÃO 16

Analise as assertivas sobre a revogação dos atos administrativos.

- I. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.
- II. A Administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- III. A revogação de um ato administrativo também é ato administrativo de competência da mesma autoridade que praticou o ato revogado.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa correta, considerando-se o poder de polícia.

- (A) O poder de polícia não se limita à prestação de segurança pública pelo Estado.
- (B) O poder de polícia está restrito ao combate à criminalidade.
- (C) Vigilância sanitária não se apresenta como manifestação do poder de polícia.
- (D) Fiscalização de trânsito não pode ser considerada exercício de poder de polícia.
- (E) O poder de polícia não envolve atos de sanção.

QUESTÃO 18

Acerca da concessão de serviço público, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É delegação da prestação de serviço público.
- (B) É feita pelo poder concedente.
- (C) Prescinde de licitação.
- (D) Trata-se de prestação indireta de serviço público.
- (E) É contrato administrativo.

QUESTÃO 19

Integra a Administração Pública direta:

- (A) Caixa Econômica Federal.
- (B) Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.
- (C) Banco do Brasil.
- (D) Tribunal de Contas da União.
- (E) Agência Nacional de Aviação Civil.

QUESTÃO 20

É característica dos serviços sociais, enquanto entidades paraestatais, exceto:

- (A) Integram a Administração Pública Direta.
- (B) São pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) São criadas mediante autorização legislativa.
- (D) Prestam serviço de utilidade pública.
- (E) São financiadas por contribuições parafiscais.

QUESTÃO 21

Acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação judicial de ato da Administração é expressão do controle interno dos atos administrativos.
- (B) O controle externo é realizado por órgão que se situa fora do âmbito do poder controlado.
- (C) O controle jurisdicional da Administração Pública independe de provação.
- (D) O controle jurisdicional da Administração Pública é sempre posterior à produção dos atos.
- (E) O controle jurisdicional da atuação administrativa é sempre anterior à produção dos atos.

QUESTÃO 22

Considerando-se a vigência das leis, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que se destine à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (B) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior.
- (D) Via de regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (E) As correções a texto de lei já em vigor não são consideradas como lei nova.

QUESTÃO 23

Analise as assertivas a seguir.

- I. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- II. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são relativamente incapazes.
- III. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) III.

QUESTÃO 24

Segundo o Código Civil, cessará, para os menores, a incapacidade, exceto:

- A) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- B) Pelo casamento.
- C) Pelo exercício de emprego público efetivo.
- D) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- E) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, ainda que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos não tenha economia própria.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos de personalidade são renunciáveis.
- (B) É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ainda que por exigência médica.
- (C) É válida, com objetivo científico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (D) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- (E) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo provisório.
- (B) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- (C) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- (D) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- (E) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

QUESTÃO 27

Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais:

- (A) As energias que tenham valor econômico.
- (B) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (C) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (D) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- (E) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

QUESTÃO 28

Analise as assertivas a seguir.

- I. Os bens destinados à alienação não são considerados consumíveis.
- II. São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- III. Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II.
- (E) III.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta.

- (A) Não comete ato ilícito aquele que por omissão voluntária causa dano exclusivamente moral a outrem.
- (B) O titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, comete ato ilícito.
- (C) O ato de imprudência que viole direito alheio não é considerado ato ilícito.
- (D) Configura-se ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- (E) O ato ilícito somente se manifesta por ação, não sendo possível a sua manifestação por omissão, ainda que voluntária.

QUESTÃO 30

Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (B) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (C) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, aproveitando aos cointeressados capazes.
- (D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa.
- (E) Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

QUESTÃO 31

Não corre a prescrição:

- I. Pendendo condição suspensiva.
- II. Não estando vencido o prazo.
- III. Contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- IV. Contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

QUESTÃO 32

Analise as assertivas, tendo em vista a previsão normativa acerca das obrigações de fazer.

- I. Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- II. Se a prestação do fato tornar-se impossível por culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação, sem que se responda por perdas e danos.
- III. Se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, sem prejuízo da indenização cabível.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

QUESTÃO 33

Acerca da cláusula penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- (B) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (C) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.
- (D) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- (E) É vedada a redução da penalidade pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

QUESTÃO 34

Na formação dos contratos, deixa de ser obrigatória a proposta:

- I. Se feita sem prazo à pessoa presente, não for imediatamente aceita.
- II. Se feita sem prazo à pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- III. Se feita à pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- IV. Se antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 35

Acerca da compra e venda, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- (B) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.
- (C) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens incluídos na comunhão.
- (D) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (E) O vendedor responde por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição, vedando-se convenção em contrário.

QUESTÃO 36

Acerca do contrato de doação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A doação verbal, versando sobre bens móveis e de pequeno valor, é inválida, ainda que se lhe seguir *incontinenti* a tradição.
- (B) A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.
- (C) Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.
- (D) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- (E) A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário.

QUESTÃO 37

Analise as assertivas a seguir.

- I. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses.
- II. O mandato é o instrumento da procuração.
- III. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.
- IV. O terceiro com quem o mandatário tratar não poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.
- V. Se o mandato é outorgado por instrumento público, é vedado substabelecer-se mediante instrumento particular.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e V.
- (E) IV e V.

QUESTÃO 38

Segundo o Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI, assinale a alternativa correta.

- (A) Via de regra, a licitação será sigilosa.
- (B) Veda-se a aquisição remunerada de bem para fornecimento parceladamente.
- (C) A comissão de licitação é composta por, pelo menos, seis integrantes.
- (D) Homologação é o ato pelo qual a autoridade competente atribui ao interessado o direito de executar o objeto a ser contratado.
- (E) O registro de preços não importa direito subjetivo do contratado de exigir a aquisição dos quantitativos previstos.

QUESTÃO 39

Segundo o Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI, o limite para dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia é até:

- (A) R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).
- (B) R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).
- (C) R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).
- (D) R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).
- (E) R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

QUESTÃO 40

Tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI, analise as assertivas:

- I. Na definição do objeto, não será admitida a indicação de características ou especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.
- II. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto deverá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.
- III. O ato convocatório poderá ser impugnado, no todo ou em parte, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório, estará precluso o direito de questionar a matéria nele constante.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 41

Tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI, assinale a alternativa correta.

- (A) No pregão eletrônico, os licitantes serão considerados comunicados das decisões a partir do momento em que estas forem disponibilizadas no sistema eletrônico.
- (B) É vedado à comissão de licitação, em qualquer hipótese, inverter o procedimento licitatório na modalidade pregão.
- (C) O pregoeiro não integra a comissão de licitação.
- (D) No julgamento do pregão, poderá ser adotado o tipo menor preço ou técnica e preço.
- (E) No pregão eletrônico, cabe recurso da decisão da comissão de licitação relativa ao pedido de reconsideração.

QUESTÃO 42

Com base no Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI, assinale a alternativa que contém as respostas que completam, respectivamente, as lacunas a seguir.

Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados, dirigidos à autoridade competente indicada no instrumento convocatório, por intermédio da comissão de licitação, por escrito, no prazo de _____ dias úteis e, na modalidade convite, _____ dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

- (A) 3 (três); 2 (dois)
- (B) 4 (quatro); 2 (dois)
- (C) 5 (cinco); 2 (dois)
- (D) 5 (cinco); 3 (três)
- (E) 5 (cinco); 4 (quatro)

QUESTÃO 43

Tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna a seguir.

A prestação de garantia, quando prevista no instrumento convocatório, limitada a _____ do valor do contrato, é de escolha do contratado dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia.

- (A) 10% (dez por cento)
- (B) 15% (quinze por cento)
- (C) 20% (vinte por cento)
- (D) 25% (vinte e cinco por cento)
- (E) 30% (trinta por cento)

QUESTÃO 44

Considerando-se o que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI sobre o registro de preço, assinale a alternativa correta.

- (A) A vigência do registro de preço, limitada a 12 (doze) meses, deverá estar prevista no instrumento convocatório, podendo ser prorrogada, no máximo, por 6 (seis) meses, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso.
- (B) É vedado à ABDI contratar outra empresa constante da ata, ainda que o licitante detentor do menor preço registrado não tenha condições de atender a toda a demanda solicitada.
- (C) Quando, justificadamente, não for mais do interesse da ABDI, o licitante deixará de ter o seu preço registrado.
- (D) Não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado não é fundamento para que o licitante deixe de ter o seu preço registrado.
- (E) Em qualquer hipótese, é vedado à ABDI aderir a atas de registros de preços de outros serviços sociais autônomos.

QUESTÃO 45

Segundo a Lei nº 8.666/93, não figura dentre os princípios a serem observados quando da realização de licitações o seguinte:

- (A) Isonomia.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Probidade administrativa.
- (D) Julgamento subjetivo.
- (E) Vinculação ao instrumento convocatório.

QUESTÃO 46

O procedimento licitatório previsto na Lei nº 8.666/93 caracteriza-se:

- (A) Ato normativo puro.
- (B) Ato normativo simples.
- (C) Ato normativo formal.
- (D) Ato administrativo formal.
- (E) Ato administrativo informal.

QUESTÃO 47

Considerando-se as definições da Lei nº 8.666/93 dos regimes de execução indireta, analise as assertivas:

- I. Empreitada por preço global: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- II. Empreitada por preço unitário: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- III. Tarefa: quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- IV. Empreitada integral: quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

São corretas apenas as definições das assertivas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III.
- (E) III e IV.

QUESTÃO 48

Tendo em vista o que dispõe a Lei nº 8.666/93, as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

- I. Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
- II. Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
- III. Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
- IV. O produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 49

Diante do que dispõe a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- (B) É permitida a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- (C) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, em qualquer hipótese.
- (D) Computa-se computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.
- (E) Somente os chefes do Poder Executivo poderão requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

QUESTÃO 50

Acerca do registro de preços previsto na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro de preços dispensa ampla pesquisa de mercado.
- (B) Os preços registrados serão publicados semestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- (C) O sistema de registro de preços será regulamentado por lei complementar.
- (D) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- (E) O sistema de controle originado no quadro geral de preços, obrigatoriamente, deverá ser informatizado.

QUESTÃO 51

Acerca dos registros cadastrais, assinale a alternativa correta, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

- (A) Para os fins da lei, os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no mínimo, um ano.
- (B) O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, por meio da imprensa oficial e de jornal diário, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.
- (C) É vedado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.
- (D) Aos inscritos será fornecido certificado não renovável.
- (E) É vedada a anotação no registro cadastral da atuação do licitante no que tange ao cumprimento de obrigações assumidas.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

Segundo a Lei nº 8.666/93, entendem-se como compras para entrega imediata aquelas com prazo de entrega até _____ dias da data prevista para apresentação da proposta.

- (A) 10 (dez)
- (B) 15 (quinze).
- (C) 20 (vinte)
- (D) 30 (trinta)
- (E) 45 (quarenta e cinco)

QUESTÃO 53

Acerca do processamento e julgamento da licitação, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.
- (B) Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.
- (C) É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- (D) Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificação dos licitantes por motivo relacionado com a habilitação, ainda que em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

- (E) Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

QUESTÃO 54

O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/93 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- (A) Fiscalizar-lhes a execução.
- (B) Rescindi-los, unilateralmente, em qualquer caso.
- (C) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (D) Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
- (E) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

QUESTÃO 55

A pena correspondente ao crime de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação é:

- (A) Detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (B) Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
- (C) Detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- (D) Detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.
- (E) Detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa incorreta, no que tange ao pregão, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.520/02.

- (A) Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos da adoção do pregão, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- (B) Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.
- (C) Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.
- (D) As funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio não poderão ser desempenhadas por militares, ainda quando realizado o pregão no âmbito do Ministério da Defesa.
- (E) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados.

QUESTÃO 57

Analise as assertivas, considerando-se o que dispõe a Lei Complementar nº 123/06.

- I. Essa Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere, dentre outros, ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias.
- II. Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nessa Lei Complementar.
- III. O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa em desconformidade com as previsões da Lei Complementar nº 123/06.

- (A) Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- (B) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- (C) Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- (D) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, inclusive na modalidade pregão.
- (E) A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa correta, considerando-se o que dispõe a Súmula 331 do TST.

- (A) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, inclusive no caso de trabalho temporário.
- (B) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- (C) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, ainda quando existente a pessoalidade e a subordinação direta.
- (D) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações.
- (E) A responsabilidade solidária do tomador de serviços abrange somente as verbas previdenciárias decorrentes da condenação.

QUESTÃO 60

A competência para estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada pelo Decreto nº 3.555/2000 é do:

- (A) Ministério da Fazenda.
- (B) Ministério da Previdência Social.
- (C) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (D) Ministério do Trabalho e Emprego.
- (E) Ministério das Cidades.

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa correta, considerando-se o disposto no Decreto nº 3.555/2000.

- (A) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, ainda que comprometam o interesse da Administração.
- (B) A licitação na modalidade de pregão é aplicável às locações imobiliárias e alienações em geral.
- (C) Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.
- (D) Até quatro dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- (E) Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de quarenta e oito horas.

QUESTÃO 62

Analise as assertivas, tendo em vista as definições do Decreto 3.931/2001:

- I. Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.
- II. Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- III. Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.
- IV. Órgão Participante é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 63

Considerando-se o disposto no Decreto nº 3.931/2001, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- (B) A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- (C) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
- (D) Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

- (E) O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado somente por decisão judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 64

Analise as assertivas a seguir.

- I. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.
- II. Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.
- III. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atuará como provedor do sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG).
- IV. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação poderá ceder o uso do seu sistema eletrônico a órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante celebração de termo de adesão.

Estão em conformidade com os termos do Decreto nº 5.450/05 as assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 65

Assinale a alternativa correta, considerando-se as disposições do Decreto nº 5.450/05.

- (A) Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.
- (B) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, transferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- (C) A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, inclusive quando cancelada por solicitação do credenciado.
- (D) O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, respondendo solidariamente o provedor do sistema ou o órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- (E) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, sendo vedada a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

QUESTÃO 66

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- (A) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração.
- (B) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- (C) Indicar o vencedor do certame.
- (D) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.
- (E) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

QUESTÃO 67

Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- (A) Assinar o contrato ou ata de registro de preços.
- (B) Entregar a documentação exigida no edital.
- (C) Mantiver a proposta.
- (D) Comportar-se de modo idôneo.
- (E) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

QUESTÃO 68

Assinale a alternativa em consonância com a Instrução Normativa 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- (A) As contratações de que trata essa Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, em harmonia com o planejamento estratégico da instituição, que estabeleça os produtos ou resultados a serem obtidos, quantidades e prazos para entrega das parcelas, quando couber.
- (B) Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente, exceto quando o prestador seja vencedor de mais de um item ou certame.
- (C) O órgão poderá contratar o mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto.
- (D) Permite-se intermediação ou subcontratação quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos.
- (E) Admite-se a contratação de cooperativas ainda que seu estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

QUESTÃO 69

Analise as assertivas a seguir.

- I. As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.
- II. Poderá ser admitida a alocação da função de apoio administrativo, desde que todas as tarefas a serem executadas estejam previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas.
- III. A Administração fica vinculada às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Está em desacordo com a previsão da Instrução Normativa 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 70

Considerando-se as definições dos termos utilizados na Instrução Normativa 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assinale a alternativa incorreta.

- (A) **Serviços Continuados** são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.
- (B) **Unidade de Medida** é o parâmetro de medição adotado pela Administração para possibilitar a quantificação dos serviços e a aferição dos resultados.
- (C) **Rotina de Execução de Serviços** é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.
- (D) **Salário** é o valor a ser pago aos cooperados pela cooperativa em contrapartida pelos serviços prestados.
- (E) **Insumos Diversos** são os custos relativos a materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
3. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.** Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
4. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
5. A resposta deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
6. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova discursiva em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no subitem 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

QUESTÃO

Disserte sobre a natureza da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), no que tange à sua personalidade, forma de criação, custeio, controle estatal e o seu dever de realizar licitações, considerando-se a sua posição perante a Administração Pública.

FOLHA RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	